

STF marca julgamento de Eduardo Bolsonaro

Corte deve definir embargos de Bolsonaro na próxima semana

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) agendou o julgamento para avaliar se acata, ou não, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por coação no curso do processo – crime que ocorre quando alguém usa de violência ou grave ameaça para intimidar autoridades ou outras pessoas envolvidas em um processo judicial. O julgamento começará no dia 14 e, por ocorrer em plenário virtual, pode se desenrolar até as 23h59min do dia 25. Se acatar, o colegiado tornará Eduardo Bolsonaro réu.

O deputado federal e o empresário Paulo Figueiredo foram denunciados pela PGR por terem articulado e contribuído para a determinação das tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos (EUA) contra produtos brasileiros, além de sanções da Lei Magnitsky – punições governamentais aplicadas contra estrangeiros que cometeram violações de direitos humanos ou se envolveram em corrupção – contra integrantes do governo federal e do Supremo. Com isso, eles estariam, na visão da PGR, tentando interromper o julgamento no STF contra os réus por tentativa de golpe de Estado.

Eduardo Bolsonaro foi para os Estados Unidos em março e não tem previsão para retornar ao Brasil.

Quando chegou ao país, ele divulgou diversos vídeos em suas redes sociais manifestando que articularia contra o processo criminal contra seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Lula decreta GLO em Belém para a conferência do clima

Por Sabrina Fonseca

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decretou, na segunda-feira (3) a pedido do governo do Pará, Helder Barbalho (MDB), a aplicação de Garantia de Lei e da Ordem (GLO) em Belém (PA) durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30). A decisão foi publicada no Diário Oficial.

A decisão, que é exclusiva do chefe do Executivo, significa autorizar o uso das Forças Armadas em situações em que as forças de segurança pública, como as polícias Civil e Militar, não conseguem garantir a segurança, a ordem pública ou o funcionamento das instituições.

A medida é prevista na Constituição Federal e pode ser adotada pelo presidente da República em casos excepcionais, como grave perturbação da ordem, violência generalizada ou crises de segurança em determinados locais.

Quando a GLO é decretada, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica passam a atuar de forma temporária e restrita, com poder de polícia, até que a normalidade seja restabelecida.

Preparativos

A cidade de Belém, no Pará, está em plena mobilização para sediar a COP 30, marcada para 10 a 21 de novembro de 2025,

Lula Marques/ Agência Brasil



PGR acusa Eduardo de coação no curso do processo

Bolsonaro

Pouco antes do processo contra Eduardo Bolsonaro, o plenário virtual da Primeira Turma do STF também julgará, a partir desta sexta-feira (7), os embargos de declaração dos réus do núcleo principal do plano de tentativa de golpe de Estado.

Com exceção da defesa do delator do processo, tenente-coronel Mauro Cid, todos os advogados dos demais sete condenados, dentre eles Jair Bolsonaro, apresentaram recursos solicitando revisão das penas.

Como também se trata de outro julgamento em plenário virtual, os magistrados que compõem a Primeira Turma (Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin) terão até o final do dia 14 para finalizar o julgamento dos embargos. Contudo, a expectativa apontada por aliados de Jair Bolsonaro nos bastidores é que o resultado já seja finalizado na

próxima semana e o ex-presidente da República – que atualmente está em prisão domiciliar, em Brasília – seja conduzido para cumprir sua pena no Complexo Penitenciário da Papuda, principal presídio do Distrito Federal.

Prisão

Ao Correio da Manhã, o advogado criminalista Antonio Gonçalves explicou que “se a turma não aceitar os embargos, ou os aceitar, mas não der provimento, então, caberá ao ministro-relator”, que é o ministro Alexandre de Moraes, “fixar o regime do cumprimento da pena, que somente será aplicada com o trânsito em julgado após a publicação da decisão”.

“Se o ministro-relator decidir pelo cumprimento da pena em regime fechado e desconsiderar o pedido de manutenção em prisão domiciliar, então, indicará qual será a instalação que irá abrigar o ex-presidente e por quanto tempo”, completou

o criminalista.

Questionado pela reportagem, o advogado confirmou que, por se tratar de um ex-presidente da República, “ele terá uma prisão especial e, por isso, o ministro-relator designará o local que poderá vir a ser um quartel do Exército”. O ex-chefe do Executivo foi quem teve maior a maior pena determinada pela Suprema Corte, 27 anos e três meses. Porém, como detalhou o criminalista, as chances dele cumprir todo o período da pena são muito baixas.

“Em razão do ex-presidente já ter acima de 70 anos e possuir comorbidades haverá progressão de regime em contagem de prazo diferenciado. Portanto, não cumprirá a pena integralmente e, muito menos, em regime fechado de maneira integral porque terá direito a progressão de regime como determina a legislação processual penal”, afirmou Antonio Gonçalves.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tânia Rego/Agência Brasil



Operação diminuiu chance de o prefeito obter acordo

Apoio da direita a Eduardo Paes sobe no telhado

Detectada por pesquisas de diferentes institutos, a aprovação da operação policial nos complexos do Alemão e da Penha já provocou reflexos nas articulações para a disputa do governo do Rio em 2026.

Como num daqueles jogos de tabuleiro, a possibilidade de um eventual apoio da direita à candidatura do prefeito carioca, Eduardo Paes (PSD), voltou duas casas.

“O Eduardo fica falando essas besteiras em público, mas não tivemos nenhuma conversa oficial com ele”, ressalva o líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ).

No dia 25, Paes acenou para uma aliança, num evento público, se dirigir ao presidente do PL-RJ, Altineu Côrtes. Falou que estariam juntos “por amor” ao Estado do Rio.

Dubiedade

O aumento da popularidade do governador Cláudio Castro (PL), também apontada por pesquisas, reforçou a tese de uma candidatura própria da direita, sem a dubiedade representada por Paes. Em 2022, ele apoiou Lula; em 2024, o PT retribuiu o gesto.

Impossibilidade

Semana passada, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reagira à possibilidade de um acordo com o prefeito. Afirmou que não sabia de nada e que não fora consultado. Fricou que não seria possível juntar Lula e seu pai, em torno de um mesmo candidato ao governo.

Lula Marques/ Agência Brasil



Sóstenes lembra parabéns de Paes a Lula

Para líder do PL, jogo ainda não começou

“O jogo não está jogado, está muito cedo”, destaca Sóstenes ao Correio Bastidores. Para ele, Paes precisa definir de que lado está. Ressalta que, semana passada, o prefeito postou foto ao lado de Lula e lhe desejou feliz aniversário.

Flávio Bolsonaro, por sua vez, afirmara que o partido estava testando alguns

nomes para o governo.

A operação policial fortaleceu a possibilidade de escolha de alguém ligado à área de segurança pública.

Desde as primeiras notícias sobre a incursão, que causou 121 mortes, Paes tem evitado o tema, não disse se foi contra ou favor do que houve, apenas falou da situação da cidade.

Clareza

Já a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) diz que a possibilidade de a direita lançar um candidato próprio e desistir de um acordo com Paes facilita a vida da esquerda. Na mesma linha utilizada pelo líder do PL, afirma que o prefeito “tem que ter clareza”.

Limites

Para Jandira, é normal que Paes queira ampliar seus apoios e alianças, mas frisa que “pragmatismo tem limite”. Uma aliança com a extrema-direita, afirma, dificultaria o apoio da esquerda ao prefeito e descaracterizaria sua candidatura ao governo estadual.

Boa chance

Uma liderança do PT fluminense que ocupa cargo no governo federal diz não ter dúvida de que a direita lançará um candidato próprio ao Palácio do Planalto. “Vai lançar. Com chance”, escreveu, em mensagem por whatsapp. Não arrisca, porém, dizer que seria escalado.

Anistia

Por falar no Sóstenes: ele prevê para a próxima semana a votação da anistia aos condenados por golpismo. Segundo o líder do PL, isso se dará com a apresentação de um pedido de “destaque de preferência” ao relatório do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

Divulgação



Parque onde será realizada a COP30

e entra agora na fase final dos preparativos para receber milhares de delegados internacionais, instituições e órgãos responsáveis pela cúpula. Antes, nos dias 6 e 7, há a cúpula dos chefes de Estado.

Em outubro de 2025, uma equipe técnica de 25 integrantes da x(Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) desembarcou em Belém para acompanhar os últimos ajustes das estruturas físicas e logísticas do evento.

A vice-governadora do Pará, Hana Ghassan, que preside o Comitê Estadual da COP

30, recebeu oficialmente o grupo no Parque da Cidade, onde serão instaladas as zonas oficiais da conferência.

O acompanhamento dessa missão técnica engloba a montagem de espaços bem como a integração dos sistemas de mobilidade, saúde, energia, credenciamento e segurança, todos aspectos essenciais para o funcionamento eficaz da conferência.

EUA não vêm

Os Estados Unidos não devem enviar representantes oficiais para a COP 30. De acordo com agências inter-

nacionais, o governo norte-americano informou que não participará da cúpula com integrantes da administração federal, decisão que ocorre em meio à nova gestão de Donald Trump.

Apesar disso, o governo brasileiro mantém a expectativa de forte presença internacional. Delegações da União Europeia, da China e de diversos países latino-americanos já confirmaram participação.

Protesto

A oposição protestou contra a decisão de Lula. O líder da Oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS), divulgou uma “nota de repúdio”, atacando o que chamou de “hipocrisia do governo Lula”.

“O decreto que autoriza o uso das Forças Armadas para garantir a segurança da COP 30, em Belém, é mais uma demonstração da incoerência e do desprezo do governo Lula pela vida e pela segurança do povo brasileiro. Para proteger chefes de Estado estrangeiros em um evento esvaziado e de gastos bilionários, o governo mobiliza toda a estrutura de defesa nacional”.

“No Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro pediu três vezes o apoio das Forças Armadas para enfrentar o domínio territorial do Comando Vermelho. Em todas as ocasiões, o governo Lula recusou”, critica Zucco.